

Balanço dos cem primeiros dias do governo



O Governo angolano elegeu como prioridades, nos três primeiros meses de governação, o estabelecimento de medidas para a consolidação e melhoria da gestão das finanças públicas, bem como dos sectores da educação e saúde.

Tais prioridades foram anunciadas em Luanda, pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Feijó, em conferência de imprensa de balanço dos três primeiros meses de governação do executivo angolano, empossado a luz da Nova Constituição do País, recentemente aprovada.

Carlos Feijó disse que o enfoque na primeira grande prioridade será a melhoria no domínio da gestão das finanças públicas, através da transparência e boa governação, “isto para que possamos tê-las em dia”, enfatizou o governante.

Esta melhoria, acrescentou, é extensiva a todo “o nosso sistema, incluindo o de gestão financeira integrada, o de pagamentos, bem como a relação entre o tesouro nacional e o banco central, em particular a área de gestão de reservas”.

Referiu que, relativamente as

receitas, vai ser importante, com acções pontuais nos próximos tempos, dar início a um processo de reformas fiscais, com a revogação da legislação já existente e produção de outra, sobretudo em matéria das receitas petrolíferas.

Neste contexto, Carlos Feijó sublinhou que a principal prioridade não são só as alterações dos elementos que incidem sobre os impostos, mas também vai ser necessário o alargamento da base tributaria, uma vez que “é melhor termos uma base tributaria mais alargada, com mais pessoas a pagarem impostos, ainda que estes custem menos”, em cuja empreitada, revelou, o governo conta com o apoio de um serviço de consultoria.

O ministro de Estado referiu que ao mesmo tempo foram desenvolvidas acções dirigidas ao sector real da economia, sobretudo para a reactivação da actividade productiva.

Noutra vertente, Carlos Feijó salientou que de igual modo foi necessário cuidar das pessoas, daí que se deu prioridade também aos vectores saúde e educação.

“Ao pensarmos em programas municipais e comunais significa que para nós a reactivação da actividade económica deve começar nestas áreas, assim vamos conseguir ter alguma sustentabilidade em matéria de finanças públicas e macro-económica”, asseverou a propósito.

Relativamente à redução da pobreza

no país, Carlos Feijó salientou que esta tem de ser combatida de forma integrada, cujo êxito só será possível se as próprias comunidades locais intervirem.

Porém, neste contexto, cabe ao executivo o estabelecimento de paradigmas de programas municipais, que depois dariam lugar aos programas provinciais e cuja gestão seria feita de forma autónoma. Pretende-se com isso, referiu, ter as instituições lá onde as populações residem, sendo esta a concretização do princípio da aproximação da administração pública aos administrados, ou seja de quem necessita da mesma.

“Estes paradigmas, no fundo, são um novo conceito de combate à pobreza, tratando os problemas no terreno”, cuja ideia é reactivar a actividade económica, não só nos municípios, mas nas comunas, bairros e bualas, para que aí se possa combater os índices de pobreza.

De acordo com o ministro de Estado, tudo isso está relacionado com a responsabilização, cada vez mais, da própria administração local do Estado, num quadro em que se tem em conta já o funcionamento das autarquias locais.

Disse que outro elemento importante na política do executivo angolano é a transparência e boa governação, sendo esta plasmada em novas regras de gestão das finanças públicas a de melhoria do índice de desempenho nesta matéria.

Objectivos de Angola para os Jogos da CPLP



Angola definiu como objectivo classificar-se entre o terceiro ou quarto lugar no quadro geral de medalhas dos sétimos Jogos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a decorrer de 30 de Julho a 7 de Agosto, em Moçambique, e reservado a atletas

com idade inferior ou igual a 16 anos, pelo facto de o desporto escolar no país estar em fase de reorganização e relançamento.

Segundo o director nacional dos desportos, Raimundo Ricardo, a essência dos jogos privilegia a confraternização entre os povos, e é nesta perspectiva que (estando em fase de reorganização do desporto nos escalões etários) Angola não tenha definido como meta os dois primeiros lugares.

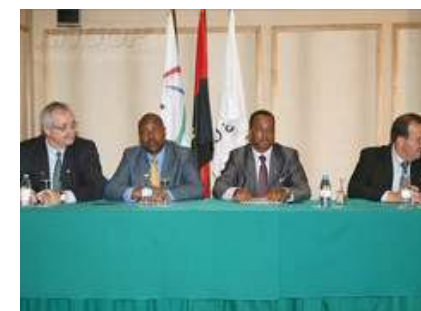
Acrescentou que, contrariamente ao segundo lugar obtido na edição anterior no Brasil, em Maputo os

objectivos serão modestos pelo facto de o desporto escolar e os programas da disciplina de educação física estarem em fase de reorganização e relançamento.

Em 2008 no Brasil Angola ficou na segunda posição com três medalhas de ouro, três de prata e duas bronze.

Instituídos em 1990, os Jogos da CPLP vieram dar corpo a um dos “instrumentos” da cooperação na comunidade lusófona, da qual fazem parte Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Brasil.

Membros da ASCOD defendem melhorias na comunicação



A melhoria da comunicação entre os comités paralímpicos nacionais, aprofundamento das relações com organizações internacionais desportivas e criação de um projecto de financiamento, a ser apresentado a União Europeia, figuram entre as recomendações saídas do fórum da Confederação Africana de Desportos para Deficientes (ASCOD) realizada em Luanda.

Reunidos durante dois dias na

capital angolana, os participantes concluíram a necessidade de se trocar a denominação do órgão de ASCOD para Comité Paralímpico Africano (APC), potencializar os seus recursos humanos, aumentar o número de competições e implementação de um plano virado na busca de patrocínio a nível mundial.

Tais recomendações serão aprovadas em Setembro, em assembleia-geral extraordinária, a realizar-se num país ainda por indicar. O encontro terminou com a tomada de posse do novo elenco do órgão africano, liderado pelo angolano Leonel da Rocha Pinto.

A reunião da ASCOD ocorreu entre os dias 31 de Abril e 1 de Maio e nela estiveram presentes 14

membros do seu comité executivo, além de representantes de várias zonas de desenvolvimento e do Comité Paralímpico Internacional.

A ASCOD foi fundada em 1987, na Argélia, e as suas actividades são baseadas nos princípios da Carta Internacional de Educação Física e Desportos adoptada pela UNESCO em 1978.



Angola e Portugal abrem nova época de cooperação militar



Ministro da Defesa de Portugal, Augusto Santos e Silva.

Angola e Portugal abriram, em Luanda, uma nova fase de cooperação no ramo militar que incidirá na colaboração no sector das indústrias e tecnologias de defesa, segundo proposta a ser apresentada pelo Estado europeu.

De acordo com o ministro português da Defesa, Augusto Santos e Silva, nesta fase Portugal vai privilegiar “os projectos em curso ligados às

indústrias e tecnologias de defesa, assim como os de assessoria técnica às estruturas superiores e de defesa das Forças Armadas Angolanas (FAA)”.

Por outro lado, os dois países vão continuar a cooperar nas questões relacionadas com a Escola Superior de Guerra, projecto que reputou de “extrema importância”, e prestar o seu apoio à direcção das forças especiais e no quadro da formação de cadetes e oficiais angolanos em Portugal.

O ministro português da Defesa deu a conhecer que actualmente mais de três mil oficiais angolanos foram já especializados em Portugal, no âmbito de programas iniciados desde os anos 90 e que o país luso “pretende continuar e desenvolver”.

Quanto ao actual estado da cooperação bilateral, Augusto Silva disse que as relações entre Angola e Portugal estão a passar por “um excelente momento, próprio de dois estados que se respeitam e membros de uma mesma comunidade em que cooperam em vários domínios, desde o económico, empresarial ao da defesa.

Referindo-se à colaboração no ramo da defesa, no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) o governante apontou o exercício militar anual Felinos, acrescentando que Angola volta a acolher estes exercícios com o objectivo de treinar as forças armadas da instituição, e dota-las de capacidade e recursos militares aceitáveis.

Relações entre Angola e Ghana enquadram-se na política definida para África



Director para a África e Médio Oriente do Ministério das Relações Exteriores, Nelson Cosme

As relações que Angola mantém com a República do Ghana enquadram-se na sua estratégia de política externa definida para o continente africano, procurando

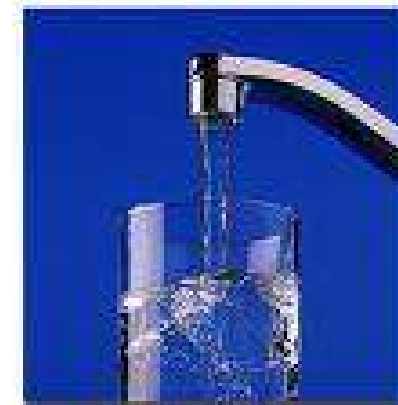
privilegiar o desenvolvimento de uma diplomacia mais activa, capaz de contribuir para a afirmação do continente na solução dos seus problemas.

Segundo o director para a África e Médio Oriente do Ministério das Relações Exteriores (Mirex), Nelson Cosme, as relações entre os dois Países podem ser consideradas excelentes, tendo em conta que datam desde os remotos anos 1960, nos primórdios da luta de libertação nacional contra o colonialismo português em Angola.

Salientou que as referidas relações têm bases sólidas a julgar pelos esforços incomensuráveis em prol da liberdade dos povos africanos empreendidos pelo presidente Kwame Nkrumah, na qualidade de um dos maiores impulsionadores do Pan-africanismo.

Neste contexto, asseverou que o Ghana foi um dos primeiros países a estabelecer relações com a República de Angola logo após a sua independência e, em 1976, abriu a sua missão diplomática em Luanda.

Angola no fórum internacional sobre saneamento básico e água para todos



Uma delegação governamental angolana, chefiada pela ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, participou de 22 a 23 de Abril no primeiro fórum internacional sobre “Diálogo sobre Saneamento e Água para Todos, Quadro Global de Acção”, realizado em Washington, Estados Unidos da América.

O evento, organizado pelo programa de Saneamento e Água do Banco Mundial, em parceria

com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), reuniu representantes de 91 países de vários continentes e organismos multilaterais, para, em conjunto, avaliarem o grau de realização dos compromissos acordados em termos do aumento da cobertura dos serviços de abastecimento de água e saneamento nos respectivos países.

A agenda de trabalhos do primeiro dia do evento foi inteiramente dedicada à partilha de informações entre as respectivas delegações sobre o alcance de um dos objectivos de desenvolvimento do milénio (ODM), que preconiza assegurar um ambiente sustentável, reduzindo para metade a percentagem de pessoas que não têm acesso a um saneamento básico e água potável.

Durante o diálogo, as delegações informaram a plenária sobre os progressos feitos para a melhoria do saneamento e abastecimento de água potável nos seus países.

Recorde-se que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são um compromisso dos 189 Estados membros da ONU, aquando da realização da Cimeira do Milénio, realizada em 2000.

Os participantes fizeram notar que os governos dos países em situação de pós-conflito se têm empenhado, apesar das dificuldades, sobretudo na planificação e adopção de políticas para o reforço da sua capacidade em matéria de gestão e planificação nos sectores de saneamento básico e águas, melhorando assim a sua capacidade de entrega.

Formação constitui estratégia para gestão de impactos das alterações climáticas



O director nacional para a gestão do Ambiente, Camilo Ceita, defendeu em Luanda, a formação e sensibilização da comunidade sobre a necessidade da adopção de Modelos de Desenvolvimento Limpo (MDL) como uma das principais estratégias para gerir o

impacto das alterações climáticas. institucionais a nível do país.

Falando num seminário sobre “Alterações Climáticas e Mercado de Carbono”, promovido pelo Ministério do Ambiente, em parceria com o Projecto TrainForTrade da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), o responsável sublinhou que esta acção de formação é a primeira pedra no processo de disseminação dos mecanismos de desenvolvimento limpo e as oportunidades que estes representam para Angola e visa o fortalecimento das capacidades

Por esta razão, refere que para se assegurar o crescimento sustentável é necessário que todos os projectos desenvolvidos tenham em conta o lado ecológico, sobretudo a problemática da emissão de gases de efeito estufa, actualmente responsáveis pelas diversas mutações climáticas (seca, cheias, entre outras).

Com efeito, disse estarem agendadas uma série de acções formativas para os sectores público e privado.

Governo necessita de 18 biliões de dólares para investir na energia e acelerar industrialização



O sector eléctrico angolano vai necessitar, até 2018, de pelo menos 18 biliões de dólares norte-americanos para investir na produção, transporte e distribuição de energia, de modo a não comprometer o programa de industrialização do país.

Durante o balanço do desempenho

do governo nos últimos três meses desde que foi empossado, o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência, Carlos Maria Feijó, anunciou que para satisfazer as necessidades imediatas da cidade de Luanda, o Governo vai construir, na vila do Soyo, província do Zaire, uma central eléctrica de ciclo combinado, com uma capacidade instalada de 400 megawatts.

Outro projecto a ser implementado em breve, no sector da produção de energia, acrescentou o governante, será a ampliação da barragem de Cambambe, província do Kwanza Norte, através da construção de

uma segunda central eléctrica o que permitirá elevar a capacidade para 700 megawatts.

A barragem de Cambambe, construída na década de 1950, tem uma capacidade instalada de 180 megawatts.

O ministro disse que, em função dos avultados valores para a implementação dos projectos até 2018, o Governo vai procurar as melhores formas de financiamento (interno e externos) para não pressionar o Orçamento Geral do Estado (OGE).

Redução das importações e fomento das exportações



Uma das principais apostas do actual executivo angolano ao nível do sector produtivo do país, desde que iniciou funções nos últimos três meses, é a redução das importações e o fomento das exportações, através da adopção de uma estratégia direccionada à produção variada de produtos.

Segundo o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Carlos Feijó,

ao proceder-se a análise da balança de importação e exportação, identificou-se os produtos que têm maior peso nas importações angolanas e se concluiu que muitos deles poderiam ser produzidos no país, sendo que no quadro da estratégia do executivo paulatinamente serão definidos que produtos merecerão primazia.

“Tendo em conta que está instalada capacidade na Zona Económica Especial (ZEE), em Viana, província de Luanda, recomendou-se que esta seja imediatamente posta a funcionar para que alguns dos produtos que hoje pesam na nossa balança de importação possam ser produzidos localmente”, disse.

O ministro de Estado disse que um dos problemas com que mais o

executivo será confrontado é o da recorrente discussão segundo a qual produzir no país é mais caro que importar. Para Carlos Feijó “muitas vezes esta análise não é sustentável se analisarmos com base em outros critérios, nomeadamente determinados custos sociais e políticos, que se pode incorrer quando apenas se importa”.

Argumentou que pode ser que um produto seja produzido localmente de forma mais cara, mas ao mesmo tempo há custos associados que se ganham com postos de trabalho, entre outros. Isto passará, naturalmente, por uma nova política de incentivo, que não vai ser em abstracto, mas será em função da estratégia e política em relação àquele produto determinado.

Governo vai bonificar taxas de juros do micro-crédito, diz ministro



Uma das formas que o Governo angolano encontrou para apoiar a actividade de micro-finanças no país foi bonificar as taxas de juros e a constituição de um fundo de garantia.

Segundo o ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Júnior, “Os beneficiários do empréstimo pagarão uma taxa de juros fixa não superior a cinco por cento. O diferencial entre essa taxa e a prevalecente no mercado será assumida pelo Estado, como forma de bonificação”.

De acordo com o governante, que falava numa conferência sobre o micro-crédito em que o principal orador foi o economista do Bangladesh, Muhammad Yunus, o Estado comparticipa também no risco ao crédito, cobrindo 80 por cento dos créditos que forem considerados incobráveis, atenuando deste forma a inexistência de um seguro agrícola no país.

O programa visa permitir aos pequenos e médios produtores agrícolas o acesso ao crédito bancário para que eles possam financiar as suas campanhas anuais (compra de sementes e fertilizantes) e pequenos e médios investimentos, de modo a aumentar as áreas de cultivo.

De acordo com o ministro, a linha de financiamento comporta duas

modalidades, como o crédito de campanha e o investimento. “O crédito de campanha foi estruturado tendo em conta as experiências acumuladas pelos bancos comerciais. Com o crédito de campanha, os produtores poderão obter financiamento de até cinco mil dólares americanos, o equivalente em kwanzas”- explicou.

Informou que o volume total previsto para o crédito de campanha é de 150 milhões de dólares norte-americanos, e tudo está a ser feito para que esteja disponível já na próxima campanha agrícola, a iniciar ainda este ano.

Segundo Manuel Júnior trata-se de montantes que em muito ultrapassam os valores utilizados em micro-crédito e ficam dispensados de apresentar as tradicionais garantias bancárias, mas criou-se um mecanismo que permite aos bancos se envolverem no negócio que seja atractivo do ponto de vista comercial.

Ele disse tratar-se também de um mecanismo típico de micro-crédito

a que se designou “crédito solidário”. “Com este mecanismo, a comunidade local, as autoridades tradicionais, igrejas e ONG avalizam os candidatos que garantem cumprimento dos compromissos assumidos”, aclarou o ministro.

Disse que o projecto poderá contar com o concurso de quatro bancos comerciais que já trabalham na área de micro-crédito. O crédito de campanha por disponibilizado será capitalizado pelos próprios bancos comerciais. Os bancos de Poupança e Crédito (BPC) e Sol são parceiros activos do Governo na implementação dos seus programas de micro-crédito, virados sobretudo para o consumo no meio rural.

Segundo explicou, estes bancos têm desenvolvido programas próprios de micro-crédito, com resultados bastante positivos. “Surgiu recentemente o BAI Microfinanças que tem desenvolvido uma actividade digna de realce, tendo em carteira cerca de 30 mil clientes, apesar de ter apenas nove agência em três províncias do país”, pontualizou.

